

## Governo aposta em medida provisória para frear luz mais cara<sup>1</sup>

Caetano Tonet<sup>2</sup>  
Gabriela Guido<sup>3</sup>

Após calcular o impacto da derruba de vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao marco legal das eólicas offshore em R\$ 32 bilhões anuais na conta de luz do contribuinte, o governo federal vai editar medida provisória (MP) para conter o aumento do custo para o consumidor, que pode bater R\$ 245,2 bilhões até 2050.

O teor da MP que será editada pelo Executivo foi debatido pelos ministros Gleisi Hoffmann, da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), e Rui Costa, da Casa Civil, com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), na quarta-feira (18).

Na sessão do Congresso da última terça-feira (17), parlamentares restabeleceram a obrigatoriedade de o Executivo realizar leilões anuais para a contratação de térmicas a gás, com o impacto de R\$ 140 bilhões, e retomaram as obrigações impostas ao governo na contratação de pequenas hidrelétricas (PCHs), calculado em R\$ 53,9 bilhões.

Além disso, congressistas derrubaram o veto a prorrogação dos contratos do Proinfa (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica) por 20 anos, com o custo estimado de R\$ 39 bilhões, e reestabeleceram a previsão de contratação de planta de hidrogênio e de eólicas na região Sul, com impacto estimado de R\$ 12,3 bilhões. Os cálculos são do Executivo.

Até a data da sessão do Congresso, na terça-feira (17), governo não contava com a deliberação de vetos relativos a nova lei das eólicas offshore, mas não contava com a articulação de Alcolumbre buscando atingir o ministro de Minas e Energia (MME), Alexandre Silveira, seu desafeto.

Interlocutores de Silveira consideraram a manobra de Alcolumbre um “atropelo” no governo com o objetivo de desgastá-lo.

Contando que a votação fosse adiada, o MME havia preparado MP para negociar com o Congresso a manutenção dos vetos de Lula ao marco legal das eólicas offshore. A proposta estava há mais de um mês na Casa Civil e

---

<sup>1</sup> Artigo publicado no Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/06/20/governo-aposta-em-medida-provisoria-para-frear-luz-mais-cara.ghetml> Acessado em 20.06.2025

<sup>2</sup> Jornalista do Valor Econômico.

<sup>3</sup> Jornalista do Valor Econômico.

também era de conhecimento da SRI.

No texto, segundo fontes do governo, a pasta apresentava alternativas, como renovar os contratos do Proinfa por dez anos, e não por 20 anos. Além disso, a MP previa a contratação ao valor de uma usina já instalada, e não ao preço de energia nova, como diz o projeto restabelecido pelo Congresso. A redução do impacto era de R\$ 39 bilhões para R\$ 26 bilhões nos próximos 25 anos.

Apesar de os congressistas terem derrubado diversos dispositivos vetados por Lula, o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), disse que a ideia na MP é contemplar apenas Proinfa e PCHs. A medida, segundo ele, deve ser editada de forma concomitante com a sanção dos trechos vetados. “Essa MP é indispensável e é necessária para não ter impacto sobre a conta de luz”, acrescentou.

Nos termos do líder do governo, a MP deixaria de fora o principal fator para ampliar ainda mais o impacto no custo de energia elétrica para o consumidor com a manutenção do trecho que obriga o MME a realizar leilões anuais para a contratação de térmicas a gás e impede o governo de desistir da contratação caso não apareçam projetos interessados ou viáveis para atingir as metas de geração de energia.

Se o Congresso derrubar todos os dispositivos relacionados a térmicas a gás, o impacto passará de R\$ 140 bilhões para R\$ 240 bilhões até R\$ 2050. Caso todos os vetos de Lula ao marco legal das eólicas offshore sejam rejeitados, a estimativa do governo é que o custo será de R\$ 442,8 bilhões nos próximos 25 anos.

O líder do governo no Congresso aposta na “sensibilidade” do Legislativo para que a MP avance e consiga conter o aumento na conta de energia. Outros interlocutores da base do governo acreditam que a medida pode avançar por se tratar de um tema sensível e pelo fato de o impacto gerar um desgaste para deputados e senadores próximo ao período eleitoral.

Fontes dentro do Executivo, no entanto, são mais céticos quanto a disposição do Parlamento em rever o tema. Interlocutores ouvidos sob sigilo pelo Valor consideram baixa a chance de a MP prosperar após a derrubada dos vetos e avaliam que o Congresso não vai abrir mão do que “conquistou”.